



REDE
TEMPO
BRASIL



Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

A Guerra do Paraguai e suas consequências na Imprensa Periódica Militar (1869-1882)

Fernanda de Santos Nascimento¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar algumas considerações sobre a imprensa militar durante o Segundo Reinado. A imprensa militar pode ser entendida como uma série de periódicos que foram publicados por militares com objetivo de advogar os interesses da classe militar. Os periódicos analisados fazem uma crítica sobre o abandono da classe militar, sobretudo dos Voluntários da Pátria. O estudo e a análise da imprensa militar permite a elucidação de novos caminhos de interpretação sobre a relação entre militares e política no século XIX.

Palavras-chave: História Militar; Guerra do Paraguai; Imprensa Periódica Militar.

The Paraguay War and its consequences in the military periodic press (1869-1882)

Abstract: This article aims to present some considerations about the military press during the Second Reign. The military press can be understood as a series of newspapers published by military personnel with the aim of defending the interests of the military class. The newspapers analyzed criticize the abandonment of the military class, especially the Voluntários da Pátria. The study and analysis of the military press allow the elucidation of new paths of interpretation about the relationship between the military and politics in the 19th century.

Key Words: Military History; Paraguayan War; Military Periodical Press.

A GUERRA DO PARAGUAI E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA IMPRENSA PERIÓDICA
MILITAR (1869-1882)

NASCIMENTO, F. S.

Durante o Segundo Reinado houve a publicação de uma série de periódicos militares. Estes periódicos geralmente se destinavam ao público militar e, em geral, eram escritos por militares. A existência destes periódicos nos permite inferir que a imprensa foi o campo escolhido por muitos oficiais para dar voz às suas ideias e demandas. A ocorrência destes periódicos direcionados à “classe militar” nos levou a definir a existência de uma exclusiva imprensa periódica militar durante o oitocentos, no Brasil. Assim, a existência de periódicos militares no século XIX é um padrão, que se intensifica a partir de 1850, e se consolida como uma imprensa periódica efetivamente militar.^{II}

Logo, a imprensa militar pode ser compreendida como uma das aglutinadoras de um discurso sobre as funções da instituição militar: pela imprensa, grupos de oficiais procuraram dar uma unidade à instituição, por meio de um discurso que valorizasse as suas características positivas, procurando, com isso, criar um discurso de si, que enriquecesse a função da instituição militar no país e que ressaltasse todos os pontos positivos em ser militar.

Os periódicos publicados no período do segundo reinado trazem dois pontos de forma bastante específica: a necessidade da existência de periódicos exclusivamente militares na arena da imprensa e a necessidade de defender os interesses e direitos que a classe militar faz jus, classe esta sempre identificada pelos redatores como uma classe não aquinhoada pelo poder político. Os periódicos, portanto, mesmo que publicados muitas vezes por somente um redator, consideravam-se representantes de toda classe militar. O discurso deste período não é institucional, ou seja, estes periódicos eram fruto somente do esforço individual de um ou mais redatores. No entanto, sua existência pode estar ligada, justamente, a falta de um discurso institucional que aglutinasse todos os interesses da classe militar.

Importante ainda compreender tal iniciativa como fruto do desenvolvimento de uma imprensa periódica internacional, voltada aos interesses militares, influenciada pelo intenso cientificismo do século XIX. Não menos importante é perceber esta imprensa como uma tentativa de institucionalizar as forças armadas, mesmo que tal iniciativa não seja de caráter oficial. Era esforço dos redatores, portanto, apresentar a classe militar, e seus objetivos, por meio de assertivas contundentes sobre ser militar no século XIX. Importante assinalar também que, ao se referirem à “classe militar”, os redatores, em geral, se dirigiam a diversos representantes desta classe. Por vezes, os redatores incorporavam os membros da Guarda Nacional e dos corpos policiais na definição de classe militar. Após a Guerra do Paraguai, o corpo de Voluntários da Pátria também será um elemento constitutivo da classe militar. Os elementos que a compõem podem variar, mas sua definição é menos volátil, prendendo-se a questões como honra, patriotismo e abnegação. A partir da década de 1860 a maioria dos periódicos já reduz a abrangência do conceito de “classe militar”, compreendendo sua composição a partir do Exército e da Marinha.

Durante a Guerra do Paraguai, registramos no Rio de Janeiro o aparecimento de um periódico dedicado às classes militares, com a primeira edição publicada no início de outubro de 1869. O periódico surge em um momento de crise: o exército paraguaio já havia sido derrotado, mas Solano López ainda estava vivo. A última batalha, ocorrida em agosto de 1869, foi contra uma tropa de velhos e adolescentes recrutados à força pelos obstinados comandantes de López. O exército paraguaio não tinha mais condições de oferecer uma resistência concreta aos militares brasileiros. Após a batalha, López foge com algumas centenas de soldados para o interior, sendo perseguido até a morte por tropas brasileiras comandadas pelo Conde D’Eu. A morte de López ocorreu somente em março de 1870, quando o acampamento paraguaio em Cerra Corá foi surpreendido pelas tropas brasileiras.

A GUERRA DO PARAGUAI E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA IMPRENSA PERIÓDICA MILITAR (1869-1882)

NASCIMENTO, F. S.

A guerra parece ter produzido dois efeitos, encontrados na imprensa militar, depois do seu término: primeiro, um forte impacto nos soldados brasileiros. Foi, até então, o mais longo conflito experimentado pelas tropas nacionais. A utilização de voluntários e alistados junto às tropas de linha produziu durante, e depois da guerra, uma multidão de feridos e mutilados, que, não servindo mais para o serviço, foram desligados do Exército. A guerra e os sacrifícios por ela impostos aos soldados também levou à percepção, por parte dos envolvidos, da falta de gratidão do Império para com seus servidores.

Em segundo lugar, a guerra parece produzir nos militares brasileiros uma maior necessidade de participação política. Se antes de 1860 observamos na imprensa periódica militar discursos nesse sentido – sobretudo em *O Militar Briosso* (1855), depois da guerra a invocação de participação dos militares na política será ainda maior. Para o redator de *O Soldado e o Marinheiro* (1869), se o Exército tivesse sido preparado, a guerra teria durado menos tempo, e o inimigo paraguaio não pensaria em invadir o país: “E de certo não teríamos lamentado tão sensíveis perdas devidas ao entusiasmo, ao valor, ao heroísmo sim, mas desacompanhados da imprescindível disciplina e da instrução característica das tropas aguerridas”.^{III} A participação de militares na política deveria servir para dar maior impulso às políticas voltadas às forças armadas. Estes dois pontos parecem ser os polos principais do discurso de *O Soldado e o Marinheiro*. Alguns destes pontos irão retornar com força na década de 1880, sobretudo a questão da valorização dos voluntários que participaram da Guerra do Paraguai.

O periódico *O Soldado e o Marinheiro* foi lançado em 9 de outubro de 1869, na cidade do Rio de Janeiro. Anuncia-se como jornal militar, subtítulo impresso logo após seu título principal. Na coleção da Hemeroteca da Biblioteca Nacional constam 7 edições do periódico, entre 9 de outubro de 1869 e 21 de novembro de 1869. *O Soldado e o Marinheiro* não apresentou um programa, na primeira edição, pelo qual se pautar, diferentemente da maioria dos periódicos militares do período. Nestes, publicados a partir da segunda metade do XIX, a publicação de um programa e os objetivos da publicação era bastante usual. A única consideração de *O Soldado e o Marinheiro*, nesse sentido, é com a defesa dos interesses da classe militar, antecipando que a folha não possui nenhuma vinculação política específica. O redator não quer dizer que sua fala não é política; mas defende a ideia de que sua folha não priorizará nenhuma tendência específica.

Ao longo da pesquisa sobre este periódico, identificamos seu redator: Eduardo de Sá Pereira de Castro, tenente reformado do Exército. Embora seu nome não figure na capa do periódico ou em qualquer outra seção, encontramos tal informação no Dicionário Bibliográfico Português, de Innocencio Francisco da Silva.^{IV} O biógrafo indica que Pereira de Castro foi o redator de *O Soldado e o Marinheiro*, e que o periódico teve 12 edições, sendo a última publicada em 19 de fevereiro de 1870. O redator sentou praça no Exército em 1842, e torna-se alferes-aluno da Escola Militar, em 1847. Torna-se bacharel em matemáticas e ciências físicas pela Escola Militar, e em 1859 foi reformado por decreto. Foi lente interino da Escola Militar, antes do bacharelado, posteriormente adjunto do curso preparatório e repetidor da cadeira de história e geografia. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e publicou, até sua morte, em 1872, uma série de livros e compêndios^V. Em 1869, quando passa a ser publicado na Corte *O Soldado e o Marinheiro*, era repetidor da disciplina de francês da Escola preparatória anexa à Escola Militar, no Rio de Janeiro^{VI}.

O objetivo maior de *O Soldado e o Marinheiro* é demonstrar como os militares podem ser excelentes administradores, e como devem ter participação na política. Embora o discurso entre um ideal militar e um ideal político não seja tão ríspido e radical quanto foi o discurso de

A GUERRA DO PARAGUAI E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA IMPRENSA PERIÓDICA MILITAR (1869-1882)

NASCIMENTO, F. S.

O Militar Brioso (1855), sempre que os militares são apresentados como exemplos de administradores ou políticos, todas as características apresentadas são, invariavelmente, positivas. Ou seja, o ideal deste grupo era a participação política direta dos militares, tanto no poder quanto na administração. Por outro lado, *O Soldado e o Marinheiro* adiciona um novo adjetivo à classe militar, na sua construção discursiva: o caráter desinteressado ou abnegado. Ou seja, a classe militar, no discurso positivo do jornal, não possui ambições políticas.

Por outro lado, a participação na política figura, para os redatores, como um direito da classe militar, uma classe que é ilustrada e detentora de títulos acadêmicos. O título do periódico informa ainda a sua definição de classe militar, composta pela figura do soldado – representando o Exército – e pela figura do marinheiro, representando a Marinha. Ambos deveriam se unir em torno dos interesses da classe militar, advogando suas prioridades na imprensa. Para o autor, tanto o Exército quanto a Marinha experimentam o abandono das autoridades e a falta de recursos e organização. Embora alguns artigos contemplem a Marinha, a maioria acaba versando sobre o Exército, instituição à qual pertenceu o redator.

O Soldado e o Marinheiro não ficava restrito à seara militar: trazia informações sobre a necessidade da modernização militar, mas também a modernização do império brasileiro. O surgimento do periódico é marcado também como uma forma de protesto, exposta pelos seus articulistas, através do incessante discurso da desvalorização da classe militar. Pergunta um autor, na primeira edição do periódico: “E qual será a causa do abandono de uma classe que só é lembrada para morrer pela pátria, e nunca para viver com Ela? Será a deficiência de conhecimentos que inabilita para as altas funções do Estado?”^{VII}

O periódico guarda ainda uma intensa relação com a Guerra do Paraguai: ainda que seu redator jamais tenha ido aos campos de batalha, existe o esforço de historiar a guerra, sobretudo através do olhar de seus participantes. A guerra é, portanto, o pano de fundo de *O Soldado e o Marinheiro*. A tentativa de escrever os relatos da Guerra pode indicar a participação de mais algum redator ou colaborador. Mas pode também ser uma iniciativa do próprio Pereira, influenciado pelos relatos encontrados na imprensa carioca. Os campos do Paraguai tornam-se, assim, um lugar de glória e sacrifício. A coluna “Crônica” refere-se exatamente desta forma: O cronista – podendo ser ou não Pereira – conta que no Rio de Janeiro a imprensa diz que “o soldado no Paraguai cobre-se de glória e morre no campo da honra coberto de moscas”.^{VIII} Para o cronista, isto não é verdade. Conta, então, a história de um jovem de São Luís, que se alistou na Marinha, e morreu por conta da batalha de Humaitá. “(...) duas balas buscaram guarida em seu corpo e o bravo marujo morreu sem chorar nenhuma lágrima nem soltar um grito. Morrem assim os heróis”.^{IX} Em seguida, o autor pergunta como se morre no Rio de Janeiro? “Morre-se por tudo, menos de glória. Aí é que se morre coberto de moscas”.^X O texto faz, claramente, uma crítica à forma como a guerra vem sendo tratada. A “Crônica”, que permanece ao longo de várias edições, traz pequenas anedotas de voluntários na guerra. O objetivo é sempre o mesmo: uma contraposição entre a Corte – aviltada – e os campos do Paraguai – gloriosos.

O Soldado e o Marinheiro foi um periódico de curtíssima duração na imprensa carioca: sua primeira edição é de 9 de outubro de 1869, e a última, registrada na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, é de 21 de novembro de 1869, edição de número 7. No entanto, informa Innocencio da Silva que recebeu das mãos do redator 12 edições, sendo que a última foi de 19 de fevereiro de 1870. Não tivemos acesso às últimas edições, e, portanto, só podemos fazer suposições para compreender o término da publicação. É possível que, sendo editorado por apenas uma pessoa, o periódico não tenha tido condições de se manter. Os periódicos não costumavam ter uma grande tiragem, embora tivessem boa circulação, e dependessem somente das assinaturas. *O Soldado e o Marinheiro* não destinava páginas a publicidade, assim como a

maioria dos periódicos militares observados até aqui. Destinava-se, portanto, somente à discussão dos assuntos de interesse da classe militar. É possível também que a ligação do redator com a Escola Militar tenha impossibilitado sua experiência na imprensa como redator anônimo de um periódico.

O Soldado e o Marinheiro é, assim, um periódico fruto da crise institucional do Exército no final da Guerra do Paraguai e da crise política estabelecida no Império, nos meses finais da guerra, sobretudo a partir da caçada de López. É o único periódico catalogado que foi escrito durante o período da guerra. Um dos eixos centrais de *O Soldado e o Marinheiro* – a questão do abandono militar e do tributo de sangue que, passado o conflito não é mais valorizado – será o tema central de outro periódico, publicado a partir de 1881. Embora seja relevante a distância temporal de uma década, em 1881 a questão da valorização dos soldados volta novamente à arena da imprensa. O impacto da guerra, como dito antes, foi importante para o desenvolvimento desta questão.

Em 13 de março de 1881, é lançado, no Rio de Janeiro, o periódico *O Soldado*. A capa informa que o periódico é o “órgão destinado aos interesses das classes militares”, cujo redator em chefe é o Alferes honorário do Exército Cândido Reinaldo da Rocha. O título de Alferes Honorário permite inferir que Reinaldo da Rocha foi do corpo de Voluntários da Pátria, durante a guerra do Paraguai. Nascido em 1842, contava Reinaldo da Rocha com 23 anos quando se alistou no corpo de Voluntários da Pátria, em 1865. O Almanak do Ministério da Guerra para o ano de 1881 informa que Reinaldo da Rocha ganhou suas honras de Alferes Honorário em 25 de junho de 1873, e tinha residência fixa no Rio de Janeiro. Nesta época, o Alferes era empregado no Asilo dos Inválidos da Pátria, na ilha do Bom Jesus^{XI}.

Mas Reinaldo da Rocha tinha também conhecimentos de tipografia. O *Diário do Rio de Janeiro* informa que, em 1876, era Rocha votante da Corte e tipógrafo de profissão.^{XII} Portanto, a publicação de *O Soldado* tinha relação com dois episódios distintos da vida de Reinaldo da Rocha: os conhecimentos tipográficos que possuía e a sua atuação como Voluntário da Pátria na Guerra do Paraguai. Aceitava contribuições que fossem convergentes ao programa publicado na primeira edição. Era impresso na Tipografia de Augusto Santos, na rua Sete de Setembro n. 56. A primeira edição conta com textos escritos pelo próprio redator ou por avisos e decretos citados de outros jornais. Exorta à participação de militares neste novo periódico, cujo objetivo é “convencer aos inimigos das nossas classes – que somos mais adeptos da civilidade do que aqueles que pensam que as armas só se prestam a defesa da tirania”.^{XIII}

A existência do jornal é consequência dos prejuízos que tem sofrido a classe militar, de acordo com o autor. Tais prejuízos impactam diretamente nos interesses da classe, que se sente esquecida e abandonada pelo poder imperial. Para o autor, as reformas e os regulamentos decretados pelo governo são uma ilusão, pois não passam de promessas não cumpridas: “nos iludem com promessas hipotéticas para garantirem a sua estabilidade, com a força de nossas armas. Reconhecem a nossa utilidade e calcam os nossos interesses. Somos, finalmente, uma classe olhada com o indiferentismo de todos”.^{XIV} *O Soldado* precisa ser compreendido a partir do lugar de fala do seu autor principal: Reinaldo da Rocha, editor e redator do jornal era Alferes honorário, ou seja, Voluntário da Pátria durante a Guerra do Paraguai. Rocha foi um dos milhares de brasileiros que engajou no serviço da pátria por influência da lei de criação do corpo de Voluntários da Pátria. É difícil compreender ou mesmo analisar as motivações que levaram milhares de homens a se voluntariar em 1865, após o decreto de criação do corpo de Voluntários.

A primeira onda de recrutamento ocorrida entre dezembro de 1864 a maio de 1865 mobilizou um contingente substancial, que serviu para a expulsão das tropas paraguaias do Rio Grande do Sul, e para a invasão do Uruguai. Nesta primeira fase, foram formados muitos

batalhões de voluntários influenciados, talvez, pela invasão do território brasileiro e por uma forte onda de patriotismo. Muitos foram os exemplos de campanhas patrióticas neste primeiro período, tanto para a formação dos corpos de voluntários quanto para arrecadação de fundos para a campanha. A guerra era vista como um evento rápido e passageiro, e o exército paraguaio não era percebido como uma ameaça. A partir de 1866, os relatórios provinciais enviados à Corte detalham as dificuldades em formar os corpos de voluntários, demonstrando uma resistência ao recrutamento por parte da população.^{XV}

É possível compreender também que, para além da onda de patriotismo, a motivação tenha surgido das promessas pecuniárias feitas pelo decreto, fornecendo parte da motivação a homens civis que se tornaram soldados nos campos do Paraguai. O decreto previa, além da criação do corpo, as vantagens oferecidas aos homens que se engajassem a partir dali como Voluntários.^{XVI} Os soldados perceberiam, além do soldo, um adicional diário de \$300rs, além de um abono, quando dessem baixa no serviço. Deveriam receber também terras em colônias agrícolas ou militares, e teriam direito a empregos públicos, gozando vantagem sobre candidatos que não tivessem servido ao corpo de Voluntários. Pelo decreto, os Voluntários deveriam ter um status diferenciado, tanto durante a guerra quanto no seu término. Após o final da guerra, no entanto, as promessas do decreto não abarcaram todos os voluntários. Alguns receberam os abonos, e conseguiram empregos públicos. Mas a maioria encontrou dificuldades financeiras, com o final da guerra e o desligamento do Exército. O redator adverte que, por isso mesmo, a missão do periódico era fazer “sentinela nas fronteiras da opinião. A nossa linha de conduta está traçada; a nossa missão está sintetizada em duas palavras: batalhar e reagir!”.^{XVII}

Entre os objetivos do periódico estava a discussão do Decreto de criação do corpo de Voluntários da Pátria, além de outros assuntos como: advogar a reforma da legislação militar; reclamar das arbitrariedades de que eram vítimas os militares; denunciar todos os casos de nomeações de paisanos, quando deveriam ser de oficiais reformados, honorários e da Guarda Nacional; defender os direitos das viúvas de militares; dar publicidade a todas as reclamações fundamentadas que forem enviadas. O discurso de *O Soldado* converge nas questões de abandono e desrespeito para com a classe militar, acrescida de um novo detalhe: a Guerra do Paraguai. O conflito vai aprofundar o descontentamento dos militares através do discurso militar com a política imperial.

Para John Schulz, embora os jornais publicassem constantemente suas opiniões políticas, não parecem estar ligados a grupos como positivistas ou republicanos. O discurso que “interessava aos oficiais era a moralização da política e da burocracia – bandeira de todos os grupos de oposição brasileiros – o progresso e o atendimento das queixas do próprio exército”.^{XVIII} De fato, *O Soldado* afirma, em diversos momentos, que não tem cor política ou que não responde a nenhum grupo político específico. Assim como outros periódicos militares da segunda fase, *O Soldado* tem por programa não estar ligado a nenhum grupo político característico.

A partir da 5ª edição junta-se a redação do periódico o Major honorário Raymundo Duarte Bezerra. Assim como Reinaldo da Rocha, Bezerra era também militar do corpo de Voluntários da Pátria. Em 1875, foi concedido o título de Major honorário ao então capitão reformado (honorário) Raymundo Duarte Bezerra.^{XIX} Natural da província do Ceará, o oficial esteve envolvido nas campanhas do Paraguai como voluntário do Corpo de Voluntários da Pátria. Raymundo alistou-se como soldado, e a guerra o tornou Capitão. Foi elevado a Major no final do conflito, ao receber sua dispensa militar. Foi cavaleiro da Ordem da Rosa, por ação dos combates de 16 e 17 de abril e de 2 e 24 de maio de 1866, quando se dá a invasão do Paraguai, e a Batalha do Tuiuti, a mais importante batalha campal do conflito.^{XX} Pelas ações

desempenhadas nesta batalha, recebeu também a Medalha de Bravura da Guerra do Paraguai, quando era capitão do 1º batalhão de infantaria pelos combates de 11 e 21 de maio de 1866.^{XXI} Pelos serviços prestados na Guerra, foi ainda Oficial da Ordem da Rosa, em 1870.^{XXII} Foi cavaleiro da Ordem de Cristo, e recebeu a Medalha de Campanha do Paraguai com 5 passadores, indicando a participação em todos os anos do conflito.

Aparentemente, Duarte Bezerra foi reformado após os serviços prestados na guerra. De acordo com o periódico *A Reforma*, em 1874 estava Raymundo Bezerra denunciando irregularidades no comando do Asilo dos Inválidos da Pátria, e que, por conta disso, teria sido preso, e encaminhado a fortaleza de São João.^{XXIII} Consta ainda nos anais da Biblioteca Nacional que, em 1885, o major Raymundo Duarte Bezerra seria proprietário de outro periódico intitulado *O Grito do Povo*^{XXIV}. A experiência como voluntário na guerra marcou profundamente a vida do major honorário: a maioria dos textos publicados por ele em *O Soldado* tem relação com o corpo de Voluntários da Pátria e sua experiência na guerra.

Estes textos são críticas vorazes à forma como o governo imperial tratou os seus voluntários. O próprio Bezerra se coloca como vítima de uma crença cruel que o levou aos campos sangrentos do Paraguai: a crença nos valores da pátria e na figura da majestade imperial. Bezerra conta que, aos 26 anos, respondeu ao chamado de recrutamento que chegou em sua vila, em 7 de janeiro de 1865: “Eu, que então supunha ter pátria, e idolatrava a pessoa augusta do meu Soberano, abandonei meus pais velhos e suas lágrimas (...) prometi com juramento defender minha pátria até verter por ela o sangue da vida!”.^{XXV} Raymundo serviu durante os cinco anos da guerra, e foi ferido em uma ocasião, permanecendo no hospital por 10 dias. “Naquele tempo (...) eu me julgava feliz; tinha pago o meu tributo de sangue, concorrido para a glorificação da pátria, honrando a coroa de Vossa Majestade”.^{XXVI} Raymundo diz que perdeu tudo na guerra; perdeu seus bens, abandonados em sua cidade natal, e perdeu sua família. É indiscutível o descontentamento em relação ao tratamento recebido após o retorno ao Brasil.

A transformação ocorrida pela Guerra do Paraguai é visível nas folhas do periódico: solicitava-se aos voluntários da pátria, oficiais honorários e praças, que estavam desempregados, que comparecessem à sede da redação, para dizer a quanto tempo estavam desempregados. Nesse sentido, o periódico parece se colocar como porta voz dos Voluntários da Pátria que, de alguma forma, sentiam-se injustiçados pelo serviço prestado durante a guerra do Paraguai. Publica, por exemplo, carta de Pedro Oscar Lisboa, tenente honorário do Exército que se sentia injustiçado por ser preterido diversas vezes, em nomeação. Era Lisboa escriturário da secretaria da fazenda da província do Paraná, quando saiu do serviço para ser incorporado ao Exército, como Guarda Nacional. Em 1868, voltou da guerra, sendo desligado por questões de saúde. Foi enviado, em comissão, para trabalhar como escriturário da alfândega em Rio Grande, onde trabalhou até 1874. Desde então, reclama ter sido vítima de perseguição política.^{XXVII}

É possível inferir que *O Soldado* tenha encontrado terreno fértil para se estabelecer. A edição de número 7 informa que a folha passou a pertencer a uma associação, denominada “Rocha, Bezerra e Cia”, com capitais estabelecidos. Recebeu também novo sócio: Augusto dos Santos, tipógrafo que fazia a impressão do periódico. Desta forma, os oficiais honorários estavam a cargo da redação do periódico, enquanto Augusto dos Santos estava responsável pela impressão e pela administração da folha. O periódico passa a dedicar uma folha completa aos anúncios publicitários e informes pagos.

Em junho de 1881, a sociedade se desfaz: Augusto dos Santos, o tipógrafo, encerra sua participação, e, com isto, desfaz a sociedade. O periódico não informa o motivo da dissolução, dizendo apenas que Augusto dos Santos não é mais membro do grupo. O periódico já estava na

edição de número 26 nesta época. O término da sociedade foi crucial para o desenvolvimento de *O Soldado*: na edição de número 28 informam os redatores a troca de Tipografia. Os problemas parecem ter início com o fim da sociedade, e irão determinar o desaparecimento do periódico.

A dissolução da sociedade de *O Soldado* ocorre na mesma época em que outro periódico militar surge no Rio de Janeiro: a *Tribuna Militar*, lançada em 3 de julho de 1881. A *Tribuna* era impressa na mesma tipografia inicial de *O Soldado*, a tipografia da rua 7 de Setembro. É possível que Augusto dos Santos, proprietário da tipografia, tenha desfeito a sociedade com os redatores de *O Soldado*, para iniciar uma nova, com os redatores da *Tribuna Militar*. Em pouco tempo, a tipografia de Augusto dos Santos torna-se a Tipografia da *Tribuna Militar*, que, além do periódico, oferecia diversos serviços tipográficos, através de anúncios publicados na imprensa carioca.

A última edição de *O Soldado* arquivada na hemeroteca da Biblioteca Nacional informa que o periódico possui uma nova tipografia, na Rua do Senador Pompeu. Esta edição é publicada quase dois meses depois da última. O atraso indica uma provável crise vivida pelos dois redatores. Esta é a última edição arquivada na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, e não encontramos maiores informações sobre o periódico. A constante troca de tipografia deve ter influenciado negativamente no fluxo de assinantes e colaboradores do periódico. A presença do periódico *A Tribuna Militar* deve ter impactado também a existência de *O Soldado*.

Mas o periódico contou também com a colaboração de outros dois militares que assinaram seus textos: o capitão honorário Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel e o Coronel do Corpo de Engenheiros Paulo José Pereira. Pimentel, assim como os demais redatores, era oficial honorário do Exército, tendo servido no 42º Corpo de Voluntários da Pátria, formado por homens da Província de São Paulo. O oficial serviu durante toda a Guerra do Paraguai, tendo sido Cavaleiro da Ordem de Cristo, Oficial da Ordem da Rosa e recebedor da Medalha de Campanha da Guerra do Paraguai com passador de 5 anos.^{XXVIII} Pimentel assinava, em geral, poemas e cartas enviados ao *Soldado*. Assinava também algumas das colunas anedóticas sob o pseudônimo Impelten^{XXIX}. Paulo José Pereira havia sido um dos articulistas do *Indicador Militar* (1862), escrevendo diversos textos nas edições 17, 20, 21 e 22 do ano de 1863.^{XXX} No entanto, a maioria dos textos publicados em *O Soldado* haviam sido publicados no *Indicador Militar*, entre 1862 e 1863.

A década de 1880 é vista pela história da imprensa como um período de ruptura nos debates e no próprio cenário editorial do país. As discussões políticas são temperadas com o republicanismo e o abolicionismo, assuntos então em voga, e que impulsionam a publicação de uma série de periódicos políticos. De fato, se compararmos *O Soldado* com os periódicos militares anteriores, a primeira diferença será a veiculação de anúncios publicitários. O *Soldado* dedica uma folha inteira aos anúncios publicitários de lojas e serviços do Rio de Janeiro. A publicação tem, portanto, uma pequena fonte de renda com os anúncios. É possível que este novo cenário tenha implicado no término da sociedade com o tipógrafo Augusto dos Santos. *A Tribuna Militar*, lançada logo depois, difere bastante de *O Soldado*.

Schulz, em sua breve análise da imprensa militar da década de 1880, mostra que, genericamente, as discussões encetadas pelos oficiais nas páginas dos jornais *O Soldado* e a *Tribuna Militar* poderiam ser divididos em “reformas nacionais” e “reformas de corporação”.^{XXXI} Talvez esta não seja a divisão mais adequada para a análise, afinal, os periódicos diferem substancialmente um do outro e possuem objetivos também diferenciados. O *Soldado* tem ligação com um aspecto único: a participação de ambos os redatores no Corpo de Voluntários da Pátria e a busca pelos privilégios tolhidos pelo governo imperial, após a

guerra. Compreende, também, a busca pela integração da classe militar, identificada pelos autores como a garantia da estabilidade e da liberdade do país. O Soldado ganha, neste contexto, uma expressão maior àquela que foi identificada por Schulz.

A Tribuna Militar, por outro lado, apresenta características diferentes. Lançado em 3 de julho de 1881, o periódico se anunciava como “Órgão das Classes Militares e dos interesses gerais do país”. Já no título podemos observar que a Tribuna não era apenas um órgão voltado aos interesses militares; tencionava ser também um órgão de interesses do país, atraindo não apenas o público militar, mas também um público civil. O administrador era J. A. de Castro Miranda que não era militar. Portanto, o periódico não estava sob a direção de um militar, mas sim de um civil. O periódico oferecia ainda uma ampla página para a publicação de anúncios e uma parte para a publicação de editoriais e textos especiais, que também eram cobrados. A tipografia é a mesma de Augusto dos Santos, localizada na rua Sete de Setembro n. 56. Torna-se, assim, a Tipografia da Tribuna Militar, coincidindo com a saída de Augusto dos Santos da sociedade com os redatores de *O Soldado*. A pergunta que fica é: eram os redatores de *O Soldado* os mesmos da *Tribuna Militar*?

A Tribuna publica também textos já publicados em *O Soldado*, como foi o caso dos textos sobre o Ministério do Visconde de Pelotas.^{xxxii} Ainda na segunda edição, registramos um texto de Joaquim Pimentel, que também publicou em *O Soldado*, e um texto anedótico, similar aos textos publicados no *Soldado*, sugerindo mais algumas similaridades entre os periódicos.

William S. Dudley sugere que a *Tribuna Militar* tenha sido uma continuação de *O Soldado*, que finalizou sua publicação alguns meses depois.^{xxxiii} No entanto, a última edição de *O Soldado* é de 13 de outubro de 1881, quando *A Tribuna* já contava com 30 edições. Não nos parece possível, portanto, que um jornal seja continuidade do outro. O desaparecimento de *O Soldado* pode ter relação com a crise da sociedade com Augusto dos Santos, como parece indicar a sucessão de tipografias que são utilizadas pelos redatores após o término da sociedade. É possível ainda que Augusto dos Santos continuasse recebendo textos direcionados à redação de *O Soldado* após o término da sociedade e os publicasse na *Tribuna Militar*. É possível ainda que o tipógrafo tivesse os originais dos textos já publicados em *O Soldado* e os repetisse na *Tribuna* para preencher a falta de redatores. Isto explicaria os textos sobre o Ministério do Visconde de Pelotas que foram reproduzidos na *Tribuna* e que já haviam sido publicados em *O Soldado*.

Embora visualmente similar ao *Soldado*, a *Tribuna* ao longo das edições vai se tornando um periódico menos radical. Mantém ainda alguma relação com o Corpo de Voluntários da Pátria, sugerida pela publicação de alguns textos sobre o conflito, escritos por voluntários que estiveram envolvidos em combate e pela publicação de folhetins, durante algumas edições. O primeiro folhetim publicado tem direta relação com o Corpo de Voluntários. Dividida em seis atos, o título do folhetim é “Dois mutilados: drama ultra histórico”. Retrata uma passagem entre um capitão e um recruta. O folhetim narra a história de um recruta que jura a bandeira. Pelo seu juramento e pelas promessas de grandes ganhos pelo governo, o recruta vai para a guerra, junto com seu capitão. Na cena seguinte, é castigado por estar com o uniforme sujo e rasgado; a culpa é do governo, brada o recruta, dizendo que não recebe soldo há muitos meses; o capitão confere então um duplo castigo pela sua audácia. Na cena seguinte, ferido e no hospital, tem o recruta a perna arrancada por culpa da infecção. A última cena desdobra-se na rua, quando o recruta encontra-se pedindo esmola, e acaba por esbarrar no capitão, que sem um braço, sugere que ambos se tornem gatunos, para não morrer de fome. O folhetim é uma clara alusão ao Corpo de

A GUERRA DO PARAGUAI E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA IMPRENSA PERIÓDICA MILITAR (1869-1882)

NASCIMENTO, F. S.

Voluntários da Pátria, sobretudo quando se refere à motivação do recruta: o juramento à bandeira, e as promessas de grandes ganhos feitas pelo governo.

Assim como a maioria dos periódicos militares – se não todos – a *Tribuna Militar* não é uma folha política, no sentido de estar ligada a um partido ou grupo político. Embora seja possível compreender que a existência de diversos periódicos no período tenha relação com diferentes grupos políticos, dentro da instituição militar, os periódicos sempre se anunciam como não políticos. A declaração, no entanto, não os torna menos políticos por isto: a própria inserção do grupo no cenário da imprensa periódica significa, em síntese, uma posição política.

O projeto da *Tribuna Militar* é, de uma forma geral, similar a todos os projetos dos periódicos da segunda fase da imprensa militar: seu principal argumento é a defesa dos interesses da classe militar, partindo da necessidade de existência de um periódico voltado especificamente aos militares. Mas a *Tribuna* advogará também pelos direitos dos militares, sobretudo em relação aos vencimentos e ao cumprimento do decreto n. 2105 de 8 de fevereiro de 1873.^{XXXIV} Defenderá, ainda, o bem estar da classe, suas imunidades e seu prestígio.

O redator não é militar, e o periódico destina uma folha inteira para a publicação de anúncios em todas as edições. É possível que o redator tenha enxergado na classe militar um nicho para expandir seus negócios tipográficos ou editoriais. A redação esforça-se para fazer jus ao subtítulo do periódico. Entre anúncios, notícias da cidade do Rio de Janeiro e romances em forma de folhetim, publica algumas notícias militares relevantes. Na coluna intitulada Instruções Militares o periódico publica, por exemplo, uma tradução de *Noções da Arte Militar*, cujo original é em francês, traduzido por Wenceslau Freire de Carvalho, capitão do 10º Batalhão de Infantaria. Publica também algumas instruções militares sobre esgrima e sobre o fuzil, além de alguns estudos de instrutores da Escola Militar. Reproduz ainda alguns textos da *Revista Marítima Brasileira*.

A Guerra do Paraguai é, ainda, um tema recorrente no periódico. Além de José Pimentel, que escreve constantemente sobre algumas de suas memórias de participação na Guerra, o periódico refere-se também a José Bernardino Bormann, militar voluntário da pátria que em 1881 publicava algumas passagens sobre a Guerra na imprensa carioca.

Dos periódicos aqui analisados, a *Tribuna Militar* ganha destaque por trazer uma série de editoriais e artigos sobre aspectos estritamente militares, em um primeiro momento. Notícia a modernização de equipamentos observada na Europa, a necessidade da construção de mais arsenais no Brasil, a importância das linhas de ferro para o rápido deslocamento de efetivos militares em caso de guerra dentro do território brasileiro. Para os redatores, a vitória na Guerra do Paraguai foi consequência da impossibilidade de ataque do exército paraguaio, durante um longo período, que permitiu o reabastecimento e o reagrupamento das tropas brasileiras.^{XXXV} A Guerra deveria servir de exemplo das dificuldades a serem enfrentadas e resolvidas pelo poder central em relação às questões militares: a dificuldade do recrutamento de voluntários, a falta de uniformes e munições, a demora nos deslocamentos das tropas – feitos sempre a pé, a falta de equipamentos e mesmo de oficiais habilitados ao serviço. Recebendo uma série de informes de oficiais tanto do Rio de Janeiro quanto de outras províncias, esperavam os redatores da *Tribuna* “dar a nossa folha a latitude que sua especialidade reclama. Se com estes oficiais outros se dignarem de ajudarnos temos fé que a *Tribuna Militar* deixará de ser uma enorme interrogação para tornar-se uma realidade no meio do nosso esclarecido jornalismo”^{XXXVI}. Assim, embora a *Tribuna* destinasse muitos caracteres a assuntos não militares, quando se referia a eles ganhava em qualidade.

O esforço, portanto, tem relação não apenas com a criação de uma imprensa especificamente militar em meio a imprensa comum, mas também com a criação de um espaço

de discussão necessário à instituição militar. Através das demandas publicadas, podiam os redatores especificar os limites da classe militar, seus interesses, seus direitos e deveres. O uso de palavras como combate e arena ao se referir sobre a imprensa tem relação com a criação deste espaço de discussão, mas também com a necessidade de estimular os oficiais a participarem das publicações, seja através de colaborações ou através das assinaturas. Na opinião dos redatores, o Exército não poderia voltar “ao estado intelectual que precedeu à campanha do Paraguai”.^{XXXVII}

Em 1882 inicia a *Tribuna Militar* um segundo ano de publicação. Os redatores informam que enviaram diversas edições para oficiais militares, na esperança de que se tornem assinantes e fortaleçam os interesses da classe militar. A coluna instrução militar volta a ser publicada, depois de muitas edições fora da impressão. Neste segundo ano diminuem os artigos militares, sendo substituídos por informes de promoções, alterações militares e reformas. O periódico continua a publicar também os folhetins românticos e as poesias. Perde, portanto, a qualidade dos textos militares publicados em 1881.

Foram publicadas 52 edições em 1881, e 20 edições em 1882. Em fevereiro, a *Tribuna* começa a publicar pedidos de colaboração e auxílio para sua manutenção. Na edição n. 16, pede o apoio da classe militar, para que possa continuar na arena da imprensa trabalhando pelos direitos militares. As últimas edições registram uma baixa participação de colaboradores, sobretudo daqueles que até então compunham sempre o periódico, como Joaquim Pimentel. A publicação parece perder o fôlego durante o ano de 1882. Neste mesmo ano foi fundada a *Revista do Exército Brasileiro*, organizada por três militares.^{XXXVIIIXXXIX} É possível que a *Tribuna Militar* tenha sido prejudicada com o lançamento do novo periódico.

Assim como outros períodos, a década de 1880 registra a existência de uma série de periódicos concomitantes. Enquanto era publicada a *Tribuna Militar*, registramos a existência de *O Soldado*, da *Revista Marítima Brasileira*, da *Gazeta Militar* e da *Revista do Exército Brasileiro*. A existência de periódicos militares não é uma exceção durante o período imperial, e sim uma regra: a imprensa periódica militar constitui-se, portanto, como um espaço de discussões e divulgação de assuntos militares. Composta, na maioria dos casos, por militares configura-se como um importante acesso intelectual aos militares brasileiros do período, que utilizaram suas páginas para compor discursos sobre a necessidade de modernização política e militar do país, além de estruturar seus principais interesses. A imprensa torna-se um espaço de configuração da própria identidade militar neste período definindo, em suma, como é ser militar no século XIX.

Embora a análise de Schulz seja relevante para reconhecermos a importância do grupo militar no período imperial, não concordamos totalmente com suas assertivas. A imprensa militar não se configura apenas como um espaço de efetiva oposição política ao Império, como sugere o autor, mas sim como espaço de construção de um discurso sobre a própria instituição militar. Este discurso tem relação com a definição de classe militar pelos redatores e, com isso, a formação de identidade em oposição a outros grupos existentes na sociedade brasileira do período. Se os periódicos forem lidos somente com o olhar da experiência política, seu discurso pode, de fato, ser interpretado como uma oposição feroz ao governo imperial. No entanto, uma análise mais cuidadosa, destacando o viés militar do discurso, pode revelar dados e interpretações diferenciadas. Assim, não nos parece correto compreender os militares somente como um grupo de oposição à política imperial, no sentido empregado pela maior parte dos autores que analisa este período. Duas são as razões principais que justificam a afirmativa: primeiro, os militares nunca formaram um grupo de oposição organizado à política imperial. Segundo, a taxa de participação de oficiais na política se comparada, entre as décadas de 1850

A GUERRA DO PARAGUAI E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA IMPRENSA PERIÓDICA
MILITAR (1869-1882)

NASCIMENTO, F. S.

e 1880, a participação é pequena. Ou seja, os militares não se colocaram, na arena política, como oposição politicamente efetiva. No final do Império, a participação de oficiais na política, se comparada ao período de 1850, é relativamente pequena.^{XL}

A compreensão de que a imprensa se torna um campo de defesa de interesses e formação de discursos pode ser crucial para o entendimento do papel destes periódicos, na história política e militar do Brasil. Analisar os periódicos sem levar em conta a perspectiva de existência da imprensa militar é desconsiderar o padrão de publicações existentes durante o Império. Portanto, desprezar a existência de uma imprensa própria pode levar a diferentes interpretações na leitura dos periódicos.^{XLI}

Notas

^I Doutora em História pela PUCRS. Membro do GT de História Militar da ANPUH – RS. Email: fernandaisrael@gmail.com

^{II} O assunto é desenvolvido de forma mais detalhada em NASCIMENTO, Fernanda de Santos. A imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização no exército brasileiro (1850-1881). Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC, 2015.

^{III} O Soldado e o Marinheiro, ano I edição n. 3, de 23 de outubro de 1869, p. 2

^{IV} SILVA, Innocencio Francisco da. Dicionário Bibliográfico Português. Tomo Nono. Imprensa Nacional: Lisboa, 1870, p. 444 e 445.

^V BLAKE, Augusto Victorino Alves de Sacramento. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1893, p. 256.

^{VI} Almanak do Ministério da Guerra. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1871, p. 19.

^{VII} O Soldado e o Marinheiro, ano I, edição n. 1, de 9 de outubro de 1869, p. 1.

^{VIII} O Soldado e o Marinheiro, ano I, edição n. 1, de 9 de outubro de 1869, p. 4.

^{IX} O Soldado e o Marinheiro, ano I, edição n. 1, de 9 de outubro de 1869, p. 4.

^X O Soldado e o Marinheiro, ano I, edição n. 1, de 9 de outubro de 1869, p. 4.

^{XI} Almanak Militar. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1881, p. 319.

^{XII} Diário do Rio de Janeiro, edição n. 21, de 23 de janeiro de 1877, p. 1

^{XIII} O Soldado, ano I, edição n. 3, de 22 de março de 1881, p. 1.

^{XIV} O Soldado, ano I, edição n. 1, de terça feira 13 de março de 1881, p. 1.

^{XV} IZECKSOHN, Vitor. Resistencia ao recrutamento para o Exército durante as guerras civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1880. Estudos Históricos, n. 27, 2001, p. 91.

^{XVI} Decreto n. 3.371, de 7 de Janeiro de 1865, disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>

^{XVII} O Soldado, ano I, edição n. 1, de 13 de março de 1881, p. 1.

^{XVIII} SCHULZ, John. O Exército na Política. Origens da Intervenção Militar (1850-1894). São Paulo. EDUSP, 1994, p. 158.

^{XIX} Informação retirada do jornal A Reforma Órgão Democrático, de 27 de Junho de 1875, p. 2.

^{XX} Diário do Rio de Janeiro, edição n. 206, de 30 de agosto de 1866, p. 1.

^{XXI} Diário do Rio de Janeiro, edição n. 188, de 10 de junho de 1869, p. 1.

^{XXII} Diário do Rio de Janeiro, edição n. 106, de 17 de abril 1870, p. 1.

^{XXIII} Informação retirada do jornal A Reforma Órgão Democrático, de 23 de Setembro de 1873, p. 4.

^{XXIV} Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 85, 1965, p. 64. 159

^{XXV} O Soldado, ano I, edição n. 7, de 3 de abril de 1881, p. 2.

^{XXVI} O Soldado, ano I, edição n. 7, de 3 de abril de 1881, p. 2.

^{XXVII} O Soldado, ano I, edição n. 8, de 8 de abril de 1881, p. 4.

^{XXVIII} Almanak Militar. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1880, p. 80. Também no Diário do Rio de Janeiro, edição n. 111, de 21 de abril de 1870, p. 1.

^{XXIX} Na edição n. 10 da Tribuna Militar, Pimentel assina um texto que na edição n. 13 de O Soldado foi publicada sob o pseudônimo de Impelten. Isso nos sugere que Pimentel fosse Impelten. Tribuna Militar, ano I, edição n. 10, de 4 de agosto julho de 1881, p. 2.

^{XXX} O Soldado, ano I, n. 5, de 29 de março de 1881, p. 4.

A GUERRA DO PARAGUAI E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA IMPRENSA PERIÓDICA
MILITAR (1869-1882)

NASCIMENTO, F. S.

XXXI SCHULZ, op. cit., p. 97. 164

XXXII O primeiro texto sobre a má administração do Visconde de Pelotas está no n. 24 de O Soldado, de 3 de junho. O segundo texto, já vem na edição n. 25, de 7 de junho. O terceiro, está na edição n. 26, de 10 de junho de 1881. O quarto texto está na edição n. 27, de 17 de junho de 1881. O quinto texto está na edição 28, de 28 de junho de 1881. É a primeira edição após o fim da associação com Augusto dos Santos, dono da Tipografia da rua Sete de Setembro. Na edição 28, ainda constam como redatores o Alferes Rocha e o Major Bezerra. O sexto texto está na edição n. 30, de O Soldado, de 12 de julho de 1881. É o último texto publicado da série Visconde de Pelotas. Esta edição traz uma nota sobre a publicação da Tribuna Militar. É a partir desta edição que O Soldado não traz mais o nome dos redatores na capa. Entre as edições n. 29 e 30 de O Soldado, é lançada a Tribuna Militar, em 7 de julho. O texto é o mesmo publicado na edição n. 25 de O Soldado. A sequência de textos permanece na Tribuna depois de encerrada a circulação de O Soldado.

XXXIII DUDLEY, William S. Institutional Sources of Officer Discontent in the Brazilian Army, 1870- 1889. *Hispanic American Historical Review*, Vol. 55, n. 1, February 1975, p. 60-61.

XXXIV O decreto determinava um substancial aumento nos soldos de oficiais e praças de pret do exército, além de contemplar também voluntários que ainda estivessem engajados no Exército. O decreto, no entanto, nunca foi cumprido, e o governo imperial nunca obedeceu às tabelas de aumento fixadas pelo decreto. É somente em 1887, com as crises derivadas da Questão Militar, que o governo imperial irá conceder parte deste aumento, regulado em 1873.

XXXV Tribuna Militar, ano I, edição n. 20, de 8 de setembro de 1881, p. 1.

XXXVI Tribuna Militar, ano I, edição n. 28, de 6 de outubro de 1881, p. 2.

XXXVII Tribuna Militar, ano I, edição n. 19, de 4 de setembro de 1881, p. 2

XXXVIII A Revista do Exército Brasileiro foi organizada por aviso do Ministério da Guerra em 17 de janeiro de 1882. Eram seus editores responsáveis os majores do corpo de engenheiros Alfredo Ernesto Jacques Ourique e Antônio Vicente Ribeiro Guimarães e o capitão Francisco Agostinho de Mello Souza Menezes. A revista foi o primeiro periódico institucional do Exército brasileiro, acompanhando assim uma tendência que estava também na Marinha, com a Revista Marítima Brasileira, publicada desde 1881. A revista teve, assim, a função de institucionalizar o Exército. A revista era mensal e durante seus 7 anos de existência teve sempre os mesmos editores. Mais informações, consultar: OLIVEIRA, Rodrigo Perez. A publicação de narrativas testemunhais de veteranos da Guerra do Paraguai na Revista do Exército Brasileiro: o projeto de construção de uma memória oficial (1882-1888). *ARS História*. V. 1, n. 2, jul.-dez. 2010, p. 98-113. Disponível em http://www.ifcs.ufrj.br/~arshistorica/dezembro2010/doc/arshistorica02_a12.pdf Acesso em 25/10/2014. Consultar também OLIVEIRA, Rodrigo Perez. A imprensa oficial do Exército brasileiro entre a 'questão militar' e a consolidação da República oligárquica: um estudo comparativo. In: *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO*. Disponível em http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1332700733_ARQUIVO_artigoparaanpuhre_gional-2012.pdf Acesso em 25 de junho de 2013

XXXIX

XL SCHULZ, op. cit., p. 28.

Referências Bibliográficas

Almanak do Ministério da Guerra. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1871.

Almanak Militar. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1880

Almanak Militar. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1881

Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 85, 1965

BLAKE, Augusto Victorino Alves de Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1893.

DUDLEY, William S. Institutional Sources of Officer Discontent in the Brazilian Army, 1870-1889. *Hispanic American Historical Review*, Vol. 55, n. 1, February 1975.

IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras civil e do Paraguai. *Brasil e Estados Unidos na década de 1880. Estudos Históricos*, n. 27, 2001.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. A imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização no exército brasileiro (1850-1881). Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC, 2015.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. A imprensa oficial do Exército brasileiro entre a ‘questão militar’ e a consolidação da República oligárquica: um estudo comparativo. In: *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO*. Disponível em http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1332700733_ARQUIVO_artigoparaanpuhre_gional-2012.pdf Acesso em 25 de junho de 2013

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. A publicação de narrativas testemunhais de veteranos da Guerra do Paraguai na Revista do Exército Brasileiro: o projeto de construção de uma memória oficial (1882-1888). *ARS História*. V. 1, n. 2, jul.-dez. 2010, p. 98-113. Disponível em http://www.ifcs.ufrj.br/~arshistorica/dezembro2010/doc/arshistorica02_a12.pdf Acesso em 25/10/2014.

SCHULZ, John. *O Exército na Política. Origens da Intervenção Militar (1850-1894)*. São Paulo. EDUSP, 1994.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Português. Tomo Nono*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1870, p. 444 e 445.

A Tribuna Militar (1881-1882)

O Soldado (1881)

O Soldado e o Marinheiro (1869)

A Reforma Órgão Democrático

Diário do Rio De Janeiro